

GRANDES ESPERANÇAS

Luiz Carlos Bresser Pereira
(*Folha de S. Paulo*, 30/5/93)

Abstract: O Presidente Itamar Franco tinha a intuição de que a escolha de Fernando Henrique Cardoso para o Ministério da Fazenda seria a melhor coisa que poderia fazer. Desde que formou seu governo, essa havia sido sua preferência. Jamais, entretanto, poderia ter esperado uma aprovação tão universal para o nome do senador paulista como aquela que afinal a sociedade manifestou quando seu nome foi anunciado. É preciso, agora, entender essa aprovação. Ela não foi gratuita. E não foi apenas um reconhecimento das notáveis qualidades pessoais de Fernando Henrique.

O Presidente Itamar Franco tinha a intuição de que a escolha de Fernando Henrique Cardoso para o Ministério da Fazenda seria a melhor coisa que poderia fazer. Desde que formou seu governo, essa havia sido sua preferência. Jamais, entretanto, poderia ter esperado uma aprovação tão universal para o nome do senador paulista como aquela que afinal a sociedade manifestou quando seu nome foi anunciado. É preciso, agora, entender essa aprovação. Ela não foi gratuita. E não foi apenas um reconhecimento das notáveis qualidades pessoais de Fernando Henrique. Sou seu amigo pessoal há muitos anos. Conheço-o bem. E quando me refiro a ele, sempre me vem a imagem de um homem público extraordinariamente bem dotado: inteligência invulgar, cultura extraordinária, profundo conhecimento da sociedade e da economia brasileira, grande capacidade política de liderar e de negociar, compromisso comprovado com a democracia, com a equidade e com a honestidade. Mas estas razões não são suficientes para explicar a avassaladora aprovação do seu nome. Com ela a sociedade brasileira quis também manifestar uma grande esperança: a esperança de que afinal a tragédia da inflação brasileira será solucionada.

Mas como pode ser isto verdade se as elites brasileiras têm manifestado com insistência sua desaprovação a qualquer medida de combate mais decidido à inflação? Há um mês o governo lançou um plano econômico que, atendendo à insistente solicitação da sociedade, não continha nenhuma medida de ataque à inflação. A aprovação foi geral, apenas os economistas discordaram. Por que, agora, manifestar essa esperança de que afinal a crise econômica brasileira poderá ser resolvida? Por que essa confiança que Fernando Henrique poderá enfrentar o problema da inflação?

Esta aparente contradição pode ser explicada se imaginarmos que a inflação é tão ameaçadora para sociedade brasileira que esta é levada a pensá-la em dois níveis de consciência. Em um nível mais superficial, as elites brasileiras repudiam qualquer ataque mais firme contra a inflação. Traumatizados com o planos de estabilização anteriores, particularmente com o Plano Collor I, que além de congelar preços de forma incompetente, confiscou ativos financeiros, empresários, políticos e jornalistas não querem saber de planos de estabilização. Irrracionalmente pretendem que o governo procure compatibilizar a retomada do desenvolvimento com uma política anti-inflacionária moderada, "sem sustos". Em um nível mais profundo, entretanto, elas sabem que não existe qualquer possibilidade de superação da crise brasileira enquanto a inflação não for controlada. Por isso, toda vez que surge uma nova possibilidade de estabilizarem-se os preços, a sociedade reage positivamente. Nesse nível de consciência não importa como será controlada a inflação. O importante que esse controle seja alcançado, e logo. Logo, porque qualquer adiamento significa apenas atrasar e tornar mais dolorosa a solução da crise.

Se esta interpretação é correta, isto significa que existe hoje muito mais apoio para um plano de estabilização do que se imagina. Fernando Henrique Cardoso no Ministério da Fazenda e Itamar Franco na Presidência serão julgados pela sociedade a partir de um critério fundamental: a inflação. Se a controlarem, terão sido bem sucedidos, senão, terão fracassado.

Sabemos que os doze planos de estabilização que foram tentados desde que esta crise começou em 1979 fracassaram devido a uma combinação de dois motivos: falta de apoio político para o ajuste fiscal e incompetência na implementação do plano. Desses planos, cinco foram predominantemente heterodoxos, cinco essencialmente ortodoxos, e dois (o Plano Delfim I, de 1979, e o Plano Dornelles, de 1985), indefiníveis. Para todos faltou em maior ou menor grau ou apoio político ou competência. Agora tudo indica que Fernando Henrique terá condições de obter o apoio político necessário, seja porque existe uma predisposição da sociedade nesse sentido, seja porque pouca gente tem melhores condições de negociá-lo do o novo ministro da fazenda.

Apoio político, no caso, significa apoio para o ajuste fiscal e para um acordo social. Sem esses dois ingredientes dificilmente será possível estabilizar a economia brasileira. O apoio para o ajuste fiscal é hoje muito maior do que há alguns anos atrás. O populismo econômico continua enraizado na sociedade e na política brasileiras, mas perdeu muito força dada e gravidade da crise fiscal. O mesmo se diga em relação ao acordo social. Há alguns anos os trabalhadores, especialmente os da CUT, eram totalmente contrários a qualquer acordo. Hoje sabem que só têm a perder com a inflação, que todas as suas tentativas de proteger os salários dos trabalhadores são auto-derrotantes enquanto perdura a hiperinflação indexada. Por isso estão muito mais propensos a um entendimento.

Quanto à competência para realizar a reforma, não há dúvida que Fernando Henrique e sua equipe a têm e de sobra. Embora sociólogo, o ministro conhece muito bem os problemas da inflação brasileira. E em sua equipe conta com economistas de primeira qualidade, como Winston Fritsch e Gustavo Franco, sem falar nos assessores externos, Edmar Bacha, Roberto Mendonça de Barros e André Montoro Filho. Para a Secretaria Geral foi um dos mais competentes administradores que conheço, com ampla experiência no setor público e no setor privado: Clóvis de Barros Carvalho. E o Banco Central continua bem defendido por Antonio Ximenes.

Serão a competência da equipe e as perspectivas positivas quanto ao apoio político suficientes para garantir o sucesso? Não creio. Além de tudo isso, será preciso coragem e sorte. A crise econômica é tão grave, o Estado brasileiro foi de tal forma destruído, a moeda nacional é de tal forma inexistente, que, além de medidas de política econômica firmes e bem acordadas na área fiscal, monetária e da política de rendas, além da *virtù*, portanto, será necessária a *fortuna* que Maquiavel considerava a outra condição essencial para o êxito político. A grande esperança que agora ressurgiu baseia-se na *virtù* da nova equipe econômica. Resta esperar que a *fortuna* também nos seja bemfazeja.